DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 7450/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/4664/2013
PROTOCOLO	: 1379661
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS
ORDENADORA DE DESPESAS	: MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA
CARGO DA ORDENADORA	: EX-SECRETÁRIA MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO N.º 53/2011
OBJETO DO CONVÊNIO	: AUXÍLIO FINANCEIRO PARA MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA ENTIDADE "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA E.M. PROF.ª ONEIDA RAMOS".
CONVENENTE	: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA E.M. PROF.ª ONEIDA RAMOS
VALOR DO CONVÊNIO	: R$ 43.180,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONVÊNIO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA ENTIDADE "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA E.M. PROF.ª ONEIDA RAMOS" - PLANO DE TRABALHO ADEQUADO - OBJETO REALIZADO - EXECUÇÃO FINANCEIRA CORRETA - ATOS REGULARES E LEGAIS - QUITAÇÃO.

Tratam estes autos sobre a **Prestação de Contas do Convênio nº 53/2011** - (peça 05).

O objeto do convênio consiste no estabelecimento de parceria visando atender as despesas operacionais de conservação da rede física, manutenção dos equipamentos e material de consumo em geral e ações do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE da Escola Municipal Prof.ª Oneida Ramos, conforme Plano de Trabalho integrante do instrumento, nos termos da Cláusula Primeira - (peça 05 - fls. 1).

O prazo de vigência foi estimado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Cláusula Quinta - (peça 05 - fls. 4).

O valor do investimento importa em R$ 43.180,00 (quarenta e três mil, cento e oitenta reais), conforme Cláusula Terceira - (peça 05 - fls. 3).

O Corpo Técnico, após criterioso exame do feito emitiu a Análise Conclusiva **ANC-2ª ICE-15001/2013** - (peça 16), pugnando pela *aprovação* da presente prestação de contas.

Submetida à apreciação do douto Ministério Público de Contas, este órgão ministerial solicitou a intimação das responsáveis pelo órgão em tela para se manifestarem diante dos questionamentos levantados nos autos, conforme **PAR-MPC–GAB.7 DR.JAC-2018/2014** - (peça 17).

Regimentalmente intimadas através dos **Termos de Intimação INT-12092/2014 e INT-12093/2014**, as responsáveis pelo órgão defendem a regularidade e legalidade dos atos praticados, fazendo encaminhamento dos documentos acostados - (peças 30 e 32).

Reapreciando o feito, o douto Ministério Público de Contas, opina pelo julgamento desta Prestação de Contas como contas *regulares*, consoante o Parecer **PAR-MPC – GAB.7 DR.JAC-10602/2015** - (peça 34).

É o que cabe, na essência, relatar.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O objeto do Convênio está delineado na Cláusula Primeira (peça 05, fls. 1), nos seguintes termos, *in verbis*:

> O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de parceria visando atender as despesas operacionais de conservação da rede física, manutenção dos equipamentos e material de consumo em geral e ações do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE da Escola Municipal Prof.ª Oneida Ramos, conforme Plano de Trabalho integrante do instrumento.

O prazo de vigência foi estimado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Cláusula Quinta - (peça 05 - fls. 4).

O valor do investimento importa em R$ 43.180,00 (quarenta e três mil, cento e oitenta reais), conforme Cláusula Terceira - (peça 05 - fls. 3).

A execução financeira do convênio está demonstrada pelo Corpo Técnico contemplando os seguintes valores diretamente aplicados no projeto:

Receita		Despesas	
Repasse	R$ 43.180,00	Comprovantes Fiscais	R$ 43.180,00

Total	R$ 43.180,00	Total	R$ 43.180,00

O objeto acima transcrito foi regularmente executado, conforme se afere da conclusão oferecida pelo Corpo Técnico quando assevera - (peça 16, fls. 3), *in verbis*:

> Diante do exposto, concluímos que a **prestação de contas do Convênio nº 53/2011 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande** (CNPJ-MF nº 03.501.509/0001-06), através da **Secretaria Municipal de Educação, como concedente e a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prof.ª Oneida Ramos** (CNPJ-MF nº 02.499.678/0001-96), como convenente, **oferece condições de aprovação**.

O douto Ministério Público de Contas alinha o mesmo posicionamento opinando pela aprovação desta prestação de contas, nos seguintes termos: (peça 34, fls. 2), *in verbis*:

> Pelo que dos autos contam, Ministério Público de Contas, conclui que os recursos repassados foram integralmente aplicados, de acordo com o objeto do Convênio nº 18761/2011 – 107/2011(integra fls057), demonstrando a concessão, a aplicação e a Execução Financeira, guardam conformidade com as normas contidas na Lei nº 4320/1964, com o disposto na Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 101/2000, o Decreto nº 11.261/2003, Resolução conjunta nº 2093/2007 e com o previsto no Capítulo III, Seção I 3 da INTC/MS nº 35/11, **opina pelo julgamento desta Prestação de Contas como Contas REGULARES**, nos termos do inciso I, artigo 59 da Lei Complementar nº160/2012 c/c com o inciso VI do artigo 77 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul.

Como se vê, a concessão dos recursos cuja prestação de contas ora se examina foi realizada em conformidade com as disposições legais regedoras da espécie.

Assim sendo, resta demonstrado que a aplicação dos recursos provenientes deste Instrumento de Convênio foi realizada em conformidade com as exigências legais em objeto que consagra o atendimento do interesse público, razão pela qual a aprovação da prestação de contas em apreciação é medida que se impõe.

Mediante o exposto e, acolhendo o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no art. 10, II e V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1- pelo **julgamento** desta **Prestação de Contas do Convênio nº 53/2011** celebrado

entre a **Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS**, CNPJ/MF n.º 03.501.509/0001-06, através da **Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS**, por sua Secretária Municipal, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, CPF/MF nº 724.551.958-72, como concedente, e de outro lado, a **Associação de Pais e Mestres da E.M. Prof.ª Oneida Ramos**, CNPJ/MF nº 02.499.678/0001-96, como convenente, como **CONTAS REGULARES** em razão da correta demonstração da aplicação dos recursos em objeto de interesse público relevante, conforme plano de aplicação aprovado pelos partícipes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 e art. 173, IV, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela **quitação** à Ordenadora de Despesas, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, CPF/MF nº 724.551.958-72, para os efeitos do art. 60, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pela **comunicação** aos interessados, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 07 de outubro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator